



23 DE SETEMBRO DE 2016

Sexta-feira

- INDÚSTRIA NACIONAL RETOMARÁ INVESTIMENTOS APENAS EM 2018
- GREVE DOS BANCÁRIOS COMPLETA 17 DIAS SEM PERSPECTIVA DE TERMINAR
- TRABALHADORES PROTESTAM
- METALÚRGICOS DIZEM QUE GREVE GERAL ESTÁ PRONTA
- PDV EM FÁBRICA DA VOLKSWAGEN NO ABC TEM 1.337 ADESÕES
- CNI DIZ QUE PRODUÇÃO DO SETOR PAROU DE CAIR APÓS 21 MESES
- RECEITA RECUPERA ATÉ AGOSTO R\$ 73,23 BILHÕES EM CRÉDITOS TRIBUTARIOS
- GOVERNO TERÁ DE TOMAR MEDIDAS IMPOPULARES, DIZ MINISTRO DA INDÚSTRIA
- DECRETO ALTERA REGULAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DE CONSULTA SOBRE LEGISLAÇÃO
- COMÉRCIO APOIA PROPOSTA DE REMUNERAR FUNCIONÁRIOS POR HORAS TRABALHADAS OU PRODUTIVIDADE
- MAIS DA METADE DOS EMPRESÁRIOS AFIRMA QUE REFORMA TRABALHISTA VAI AUMENTAR OFERTA DE VAGAS NO PAÍS
- INFLAÇÃO MAIS BAIXA FAZ MERCADO APOSTAR EM QUEDA DA SELIC EM OUTUBRO
- CHILE REVISA INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO PARA US\$ 49,2 BI NOS PRÓXIMOS 10 ANOS
- GOVERNO VAI 'APELAR PARA O EMOCIONAL' EM CAMPANHA QUE DEFENDERÁ REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ABRE BRECHA PARA MEDIDAS POLÊMICAS CONTRA DEVEDORES
- REFORMA SEM DISTINÇÃO NA PREVIDÊNCIA
- DESAPOSENTAÇÃO DO INSS PODERÁ SER DECIDIDA PELO STF EM OUTUBRO
- VENDAS DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL CAEM QUASE 2% EM AGOSTO, DIZ ANP
- GRUPO PSA VAI LANÇAR CARRO AUTÔNOMO EM 2020
- DELPHI APRESENTA INJETORES INTELIGENTES NO IAA
- BMW COMEÇA A VENDER NOVO SÉRIE 4 GRAN COUPÉ NO BRASIL
- INDÚSTRIA ENTREGA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA FROTA AO MDIC
- DIESELGATE: VW PLANEJA CONSERTAR CARROS NA EUROPA ATÉ O FIM DE 2017

- TIGUAN E GOLF VARIANT RECEBEM 1.4 TSI FLEX
- OMEGA ATRAI VISITANTES COM TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO QUALIFICADA DURANTE O ISA EXPO
- EXPORTAÇÕES DO SETOR ELETROELETRÔNICO REAGEM EM AGOSTO
- HONEYWELL LANÇA NO BRASIL LINHA DE LUVAS PARA PROTEÇÃO
- QUALIDADE DOS AÇOS BRASILEIROS
- EDITORIAL: PESADA E REGRESSIVA
- SUPREMO MARCA PARA O MÊS QUE VEM VOTAÇÃO SOBRE DESAPOSENTAÇÃO
- MERCOSUL COBRA EMPENHO DA UNIÃO EUROPEIA EM ACORDO COMERCIAL
- PONTUALIDADE DE PAGAMENTOS DAS PEQUENAS EMPRESAS REAGE EM AGOSTO, DIZ SERASA
- MARCOS PEREIRA RECEBE DE REPRESENTANTES DO SETOR AUTOMOTIVO PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA FROTA
- RETOMAR CONFIANÇA É FUNDAMENTAL PARA RECUPERAR ECONOMIA, DIZ PRESIDENTE DO BC
- PRODUÇÃO GLOBAL DE AÇO BRUTO SOBE 1,9% EM AGOSTO, NOTA WORLDSTEEL
- ARCELORMITTAL ASSUME 40% DO CONTROLE DA TUPER

CÂMBIO		
EM 23/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,228	3,229
Euro	3,622	3,624

Fonte: BACEN

Indústria nacional retomará investimentos apenas em 2018

23/09/2016 – Fonte: DCI

Marcha lenta. Só a implantação de medidas de controle macroeconômico pelo governo poderá ajudar o setor a recobrar a confiança, voltando a aplicar seus recursos em novos projetos



A indústria nacional só deve retomar seus investimentos a partir de 2018. A opinião é unânime entre representantes do setor. Mas todos dizem que isso só ocorrerá mediante a efetivação das reformas propostas pelo governo federal.

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Rafael Cervone, falta previsibilidade nessas ações, impedindo que o setor retome projetos.

"As reformas macroeconômicas precisam ser feitas com urgência, caso contrário, o investimento não virá. Os empresários tomarão decisões quando enxergarem que algo concreto está sendo feito", aponta o executivo. Entre as medidas mais urgentes, ele cita o controle das oscilações cambiais e redução da taxa básica de juros, a Selic, que permanece em 14,25% e sem previsão de alterações por parte do Comitê de Política Monetária (Copom). "Tudo está no campo das expectativas. Os grandes investimentos na cadeia têxtil devem acontecer apenas daqui um ano ou mais."

Outra condição para que a indústria volte a investir está na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que torna efetivo o limite de gastos do governo. O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais (Siniem) e diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Antônio Carlos Teixeira Álvares, acredita que, aliada à redução de juros, esta é a principal mudança esperada pelos empresários durante a retomada econômica.

"A indústria não pode mais ser penalizada. A aprovação do projeto traria a confirmação de que as reformas estão sendo feitas."

Para o economista da GO Associados, Luiz Fernando Castelli, essa aprovação é fundamental para a retomada. "Porém, só isso não resolve o problema fiscal, é apenas um dos elementos para equilíbrio das contas públicas".

Competitividade

O economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin, alerta para o risco de perda de competitividade ocasionado pela falta de aportes. Isso deve forçar a indústria a retomar os investimentos antes do previsto. "A taxa de juros não deve baixar na velocidade que o setor precisa e chega um momento em que fica insustentável seguir sem investir, perdendo a competitividade. Mesmo assim, grandes aportes devem demorar mais de um ano", pontua.

Castelli compartilha desta opinião, num cenário em que a indústria será obrigada a investir devido a defasagem. "Além da possível alta de demanda, com preenchimento de capacidade, a indústria terá de voltar a investir em função da depreciação dos equipamentos", avalia.

O faturamento do setor de máquinas e equipamentos caiu 8,5% na passagem de junho para julho. Na comparação com o mesmo período de 2015, a queda foi ainda maior, de 27,3%. Segundo o presidente executivo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, a entidade já projeta uma queda de 20% no faturamento de 2016.

"Para nós, o fim da crise ainda está longe porque investir em maquinário é algo para médio prazo. Com juros altos não há como financiar, e câmbio desfavorável reduz competitividade", desabafa o dirigente. Para ele, o mercado será capaz de ganhar fôlego apenas em 2018.

Mercado interno

Entre os empresários, a aposta está no aumento da demanda interna, capaz de justificar aplicação de recursos. Para Cervone, a vantagem do setor têxtil é a demanda reprimida de um mercado que sofreu os efeitos da redução do poder de compra das famílias. "No início da crise o varejo ficou estocado e permaneceu em alerta. Com mais otimismo, as pessoas voltarão a comprar", afirma.

O presidente do Sindicato da Indústria de Parafusos, Porcas, Rebites e Similares no Estado de São Paulo (Sinpa), Fernando Martins, acredita na retomada mais setorizada, mediante diminuição das taxas de desemprego e aumento de consumo.

"A indústria de alimentos e bebidas deve ser mais rápida. Já o setor automotivo terá de aguardar mais para voltar a investir. A confiança do empresário está ligada à confiança do consumidor", pondera ele.

A elevada taxa de desemprego no País, que chegou a 11,6% no trimestre encerrado em julho pode ser um entrave para essa recuperação, aponta Castelli. "A demanda pode demorar a crescer porque continuaremos com altas taxas de desemprego e famílias endividadas no Brasil, então é preciso cuidado ao apostar em aumento de demanda", aponta o economista.

Esse enfraquecimento interno pode adiar planos do setor de higiene e beleza, que atualmente depende mais do aumento de demanda do que de capital para investimentos, afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), João Carlos Basílio.

"Nosso setor não depende tanto de crédito, mas de que haja consumo. Enquanto isso não mudar, não teremos como crescer." O dirigente não arrisca um palpite de quando será retomado o volume de aportes no setor, que chegava a R\$ 3,5 bilhões ao ano até 2010. "Em médio prazo continuaremos investindo em torno de R\$ 1,5 bilhão, o que é normal para esse mercado", calcula.

Reivindicações

De todas as mudanças, a mais esperada pelo setor é a reforma trabalhista. Para o presidente da Abit, a medida daria espaço para modernizar a produção da cadeia têxtil.

"Com a possibilidade de discutir as relações de trabalho poderemos utilizar essa mão de obra de maneira mais inteligente, além da segurança para investir no processo fabril", avalia.

O tema promete ser recorrente nas negociações entre indústria e governo. "As empresas não têm como sobreviver com essa combinação de fatores que envolvem desde a alta dos juros até este modelo de trabalho", defende presidente-executivo da Abimaq.

Greve dos bancários completa 17 dias sem perspectiva de terminar

23/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A greve dos bancários completou 17 dias nesta quinta-feira (22) com 13.159 agências fechadas, número um pouco inferior às 13.398 agências que não abriram na quarta-feira.

Segundo o Comando Nacional dos Bancários, a redução na mobilização ocorreu porque a Justiça de alguns estados determinou a abertura de agências. A paralisação mais longa da história ocorreu no ano passado e durou 21 dias.

No total, o número de locais sem atividade representa 55% dos pontos de atendimento do país. Os trabalhadores e os bancos já se reuniram oito vezes para tentar chegar a um acordo sobre o reajuste salarial da categoria deste ano. Os bancários pleiteiam 14,78% de reajuste; os bancos oferecem 7%.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Roberto von der Osten, as decisões judiciais são fruto da "truculência dos banqueiros" e garantiu que a greve voltará a crescer. "Os banqueiros conseguiram interditos proibitórios para obrigar a abertura de algumas agências. Mas elas voltarão a aderir à greve, pois vamos caçar essas liminares", afirmou.

Para amplificar as reivindicações da greve, a categoria realizou durante o dia mobilizações em vários estados.

"Fechamos os centros administrativos dos três principais bancos privados em São Paulo e o prédio Matriz da Caixa em Brasília. Foi um movimento histórico e necessário", disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Roberto von der Osten.

A data-base dos bancários é 1º de setembro. A pauta de reivindicações foi entregue pela categoria no dia 9 de agosto. Depois de cinco rodadas de negociação, os bancos formalizaram no dia 30 de agosto sua primeira proposta: de reajuste de 6,5% e abono de R\$ 3 mil.

Foi aí que os bancários decidiram pela greve. No primeiro encontro na mesa de negociação após o início da mobilização, a Federação dos Bancos (Fenaban) melhorou a proposta para os atuais 7%. Nas duas reuniões seguintes os bancos mantiveram sua oferta.

A categoria também reivindica participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 8.297,61; piso salarial de R\$ 3.940,24; vales-alimentação, refeição, décima-terceira cesta e auxílio-creche/babá no valor do salário mínimo nacional (R\$ 880); 14º salário; fim das metas abusivas e assédio moral; fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e à precarização das condições de trabalho; mais segurança nas agências bancárias e auxílio-educação.

Trabalhadores protestam

23/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Trabalhadores de diferentes setores realizaram, ontem, desde a manhã até a noite, diversos atos em Curitiba contra os projetos que podem retirar direitos trabalhistas. As manifestações começaram logo cedo, quando assembleias e atos públicos foram comandados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba e Região.

Entre o fim da manhã e o começo da tarde, grupos de servidores da UFPR passaram pela Praça Santos Andrade, onde distribuíram panfletos informando a população sobre os motivos do protesto. No começo da noite, uma manifestação também na Praça Santos Andrade reuniu as categorias — professores, estudantes, servidores, entre outros.

No próximo dia 29 de setembro uma nova manifestação está marcada para acontecer em diversas capitais do País. Na quarta-feira, o governo federal rebateu os manifestantes, alegando que nenhum direito trabalhista será extinto.

Metalúrgicos dizem que greve geral está pronta

23/09/2016 – Fonte: Diário do grande ABC



Em resposta às reformas previstas para a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que preveem aumento de jornada de trabalho para 60 horas semanais, e para a Previdência Social que, entre outros pontos, propõem estabelecer 65 anos como idade mínima para a aposentadoria, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) já admitem a possibilidade de greve geral. O movimento teria como base os trabalhadores das montadoras da região, que vivem período de incertezas.

Na manhã de ontem, as entidades aderiram ao Dia Nacional da Paralisação, protesto que ocorreu em todo o País e que, segundo os grupos participantes, tem como principal objetivo lutar pela garantia dos direitos da classe trabalhadora e fortalecer os profissionais que atualmente estão em campanhas salariais.

O palco da mobilização no Grande ABC foi São Bernardo. Grupo de mais de 1.000 trabalhadores, de diversas empresas, partiu da Arteb, na Avenida Piraporinha, e seguiu pela Avenida Robert Kennedy até a altura do número 2.000, no Parque dos Pássaros, onde os líderes da sindicância discursaram para os presentes, que fecharam a via sentido Centro.

Em suas falas, os sindicalistas destacaram o papel da classe trabalhadora na construção do País e criticaram os salários considerados baixos, além da retirada de recursos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

O clima de apreensão originado pelas instabilidades política e econômica é evidente.

As sugestões de reformas feitas pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB) não agradaram a categoria, que promete intensificar as movimentações até que as propostas sejam revistas.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, a greve geral já está "pronta". "Há um mês isso (greve geral) era mais difícil.

Agora, com todas essas medidas que o governo pretende adotar, a paralisação completa já é uma realidade, principalmente por parte dos trabalhadores da Mercedes-Benz (onde, recentemente, 1.047 trabalhadores tiveram de aderir a PDV – Programa de Demissão Voluntária – e outros 370 foram demitidos, mas ainda não tiveram a dispensa homologada)."

O sindicalista destaca que, em sua opinião, o momento é indevido para apresentar mudanças profundas nas leis trabalhistas e previdenciárias.

"São coisas que só podem ir para discussão de maneira verdadeira, e quando existir confiança. Hoje a desconfiança impera nas relações entre trabalhadores, empresários e governos. Para fazer este tipo de mudanças é preciso fortalecer as entidades sindicais. É necessário garantir que as negociações existirão, o que não acontece. No Brasil, poucos sindicatos têm força e organização e falta muito chão para que essas entidades consigam lutar pelos trabalhadores."

A falta de incentivos para a melhora do setor automotivo também foi criticada por Marques.

"Vivemos momento preocupante da indústria automobilística, com perda de mercado muito grande. Ancorado na obtenção de créditos para a compra de carros novos. As empresas fizeram ajustes de conjuntura e estruturais. Muitas que demitiram nesse período não vão recontratar. Por isso precisamos da renovação da frota e continuar avançando na legislação automotiva por meio do Inovar Auto (projeto que tem como objetivo estimular a produção nacional), para evitar a entrada exagerada de importados no Brasil."

Operários da região revelam apreensão frente às mudanças

A crise econômica brasileira, que afeta diretamente o setor automotivo e as reformas propostas pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB), tem gerado incertezas nos profissionais que atuam na área. Os cortes de funcionários feitos pelas indústria e a possibilidade de adiamento da aposentadoria por mais cinco anos têm preocupado os trabalhadores.

Para o metalúrgico Luis Humberto da Silva, 53 anos, as sugestões de mudanças vieram em mau momento, já que as demissões tornaram-se realidade próxima. "Confesso que estou com muito medo de perder o emprego. Vivemos dias de muitas incertezas, já que a minha família depende do meu salário. Como vou fazer para pagar os estudos dos meus filhos e sustentá-los caso eu seja demitido?"

Para Silva, movimentos como o Dia Nacional da Paralisação podem garantir seus direitos. "Se não mostrarmos união, podemos perder nossa força nas negociações. Se continuarmos com esses protestos talvez a gente consiga reverter a situação e, quem sabe, a indústria volte a crescer."

Perto da aposentadoria, Hugo Lui Júnior, 54, desaprova as propostas para a Previdência Social.

"Se isso acontecer, vai prejudicar muitos, como eu. Quando chegamos a uma certa idade, não temos a mesma força de antes, e isso pode diminuir a capacidade produtiva da empresa. Além disso, eu acho que o governo deveria diminuir a quantidade de impostos. Essa quantidade de contas mina o nosso salário e aperta ainda mais o nosso orçamento."

PDV em fábrica da Volkswagen no ABC tem 1.337 adesões

23/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Com PDV, fábrica da VW Anchieta passou de 10,5 mil para 9,1 mil empregados. O PDV - Programa de Demissão Voluntária - aberto pela Volkswagen na fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP), resultou em 1.337 adesões durante o período de 4 de agosto a 12 de setembro, informa o sindicato dos metalúrgicos da região do ABC Paulista.

O programa fez parte do acordo entre a montadora e a representação dos trabalhadores firmado no início de agosto, quando a empresa alegava o excedente de 3,6 mil funcionários em meio aos 10,5 mil empregados da fábrica paulista, responsável pela produção dos modelos Gol, Saveiro e Jetta. Com as demissões, a unidade está agora com 9,1 mil funcionários.

Pelo acordo, a montadora pagará aos funcionários que aderiram ao PDV o equivalente a 20 salários extras, além do pagamento de meio salário por cada ano trabalhado.

Entre os demitidos, há funcionários tanto da produção quanto do departamento administrativo, embora o sindicato não saiba precisar a quantidade de cada um deles.

O que se sabe é que para o setor administrativo, também tratado como horistas, a Volkswagen tinha meta de PDV para 325 pessoas, mas não havia meta de demissão para os funcionários das linhas de produção.

Contudo, apesar do total de adesões, o número de empregados excedentes ainda está acima das 2,2 mil pessoas. Sobre este volume, valerá o gerenciamento a partir de medidas como layoff e PPE – Programa de Proteção ao Emprego, conforme também havia sido acordado no mês passado.

De um grupo de 470 empregados que estava em férias coletivas, que termina no dia 3 de outubro, apenas 52 deles retornarão ao trabalho, enquanto os demais 418 entrarão em regime de layoff – suspensão temporária do contrato de trabalho que pode durar até cinco meses com parte do salário paga pelo governo.

O acordo firmado em agosto também previa a continuidade do PPE, que diminui carga horária e salários. No caso da VW Anchieta, a redução da jornada poderá chegar a 30% e a dos salários em 15% nesta renovação.

CNI diz que produção do setor parou de cair após 21 meses

23/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

A produção da indústria brasileira parou de cair pela primeira vez após 21 meses de queda e registrou, em agosto, um índice de 50,8 pontos. As informações são da Agência Brasil.

Contribuiu para o resultado a melhora do desempenho das grandes empresas, que registraram 54,4 pontos. No caso das pequenas, o indicador acusou 46 pontos, enquanto nas médias ficou em 48,5 pontos.

A notícia ruim é que há, ainda, uma expectativa de redução do número de empregos. Os dados constam da Sondagem Industrial, divulgada hoje (22) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Em uma escala de zero a 100 pontos, valores acima de 50 pontos são considerados positivos. As perspectivas de emprego para os próximos seis meses apresentaram, no entanto, índices abaixo de 50 pontos, mantendo as expectativas de mais demissões.

De acordo com a CNI, o índice de expectativa de número de empregados registrou 47,9 pontos em setembro. Capacidade instalada O uso da capacidade instalada também continua baixo, segundo a CNI, em 66% mesmo índice registrado em agosto de 2015.

De acordo com a entidade, apesar de estar baixo, este índice carrega uma boa notícia: embora a ociosidade continue alta, é a primeira vez, desde abril de 2014, que este indicador não cai, na comparação anual.

Se o recorte considerar apenas as grandes indústrias, o uso da capacidade instalada ficou em 71% em agosto. Por meio de nota, o economista da CNI, Marcelo Azevedo, informou que o resultado se deve, em parte, ao fato de muitas empresas de grande porte serem exportadoras, portanto, não dependendo apenas da demanda interna. Ele cita também, como relevante, o fato de as encomendas de fim de ano serem iniciadas em agosto.

"Como os estoques estão ajustados, qualquer aumento na demanda, mesmo pequeno, exige um incremento na produção", disse. De acordo com a sondagem feita pela CNI, há uma perspectiva maior de que os empresários ampliem seus investimentos.

O levantamento registrou um aumento de 1,4 ponto deste índice em setembro na comparação com agosto, registrando 43,4 pontos. Há cinco meses este índice vem mostrando uma tendência de crescimento, apesar de estar 4,4 pontos abaixo da média histórica, que é de 47,8 pontos.

Receita recupera até agosto R\$ 73,23 bilhões em créditos tributários

23/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Os créditos tributários (impostos não pagos, multas e juros) lançados pela Receita Federal chegaram a R\$ 73,233 bilhões de janeiro a agosto em 2016, com queda expressiva (14%) em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Segundo o subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Jung Martins, a Receita espera, porém, alcançar, pelo menos, o mesmo valor alcançado em todo o ano de 2015. No ano passado, os créditos tributários chegaram a R\$ 125,6 bilhões.

Para compensar a diferença, a Receita destaca que atualmente estão em execução procedimentos de fiscalização que envolvem casos de grande relevância e abrangência, em sua maioria, com "cometimento de ilícitos como lavagem de dinheiro, interpostas pessoas, empresas de fachada, noteiras, fraudes diversas, entre outros".

Iágaro Martins disse que a queda no lançamento dos créditos deve-se, além dos movimentos dos auditores por melhores salários, à grande participação da Receita nas operações especiais de combate à corrupção, que tem demandado maior empenho da fiscalização.

"Estamos trabalhando muito mais intensivamente nas operações de combate à corrupção, e o nosso foco não é o volume do crédito tributário nessas operações, mas trabalhar em conjunto com os outros órgãos para trazer prova para a condenação dos envolvidos."

Zelotes

Um dessas operações é a Zelotes, que investiga esquema criado para influenciar decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e reduzir ou anular autos de infração e multas decorrentes de autuações fiscais, ressaltou o subsecretário da Receita.

Desta operação até o fim do ano de 2016, existe a previsão de lançamento de ofício de cerca de R\$ 23 milhões, sem incluir multas ou juros. A maioria dos atingidos é de pessoas físicas.

Lava Jato

No caso da Operação Lava Jato, cuja nova fase foi deflagrada nesta quinta-feira (22), a expectativa é de recuperação de um crédito tributário de R\$ 8 bilhões até dezembro deste ano, informou o coordenador-geral de Fiscalização da Receita, Flávio Vilela Campos. O total inclui valores do que a Receita Federal chama de fase 0 da Lava Jato. Ou seja, antes da deflagração da operação.

Após dois anos, as ações de fiscalização envolvem 80 auditores fiscais, sendo que já foram constituídos créditos em torno de R\$ 1,9 bilhão. Como foram lavrados autos de R\$ 4,6 bilhões, o valor total, até agora, chega a R\$ 6,5 bilhões.

A Receita tem a expectativa de mais R\$ 1,5 bilhão até fim do ano. Mais de mil procedimentos de fiscalização foram abertos na operação, acrescentou Campos.

Outras Operações

Além dessas operações de grande repercussão, existe a Aratath, com créditos constituídos em valores aproximados de R\$ 250 milhões. A Aratath investiga esquema de lavagem de dinheiro, corrupção e crimes contra o sistema financeiro nacional, envolvendo empresários, políticos e autoridades dos três Poderes no estado de Mato Grosso. Existe a expectativa de mais R\$ 50 milhões.

O processo de seleção de contribuinte no plano de fiscalização levou em conta vários fatores, como planejamento tributário vinculado a eventos referentes a reorganização societária, evasão nos setores de cigarros, bebidas e combustíveis e sonegação envolvendo distribuição isenta de lucros.

Além disso, a Receita identificou planejamento tributário abusivo, envolvendo ingresso de recursos em nome de não residentes.

Ativos no exterior

Após acordos com outros países, a Receita também passou a receber informações de contribuintes que têm ativos no exterior. "Estamos de olho nos contribuintes no exterior, e se esqueceram de repassar as informações para o Fisco", disse o coordenador-geral de Programação e Estudos da Receita Federal, Paulo Cirilo.

A partir de 1º de janeiro de 2017, a Receita fará trocas automáticas de informações com 103 países que assinaram a Convenção Multilateral para Intercâmbio Internacional de Informações Tributárias.

"Quem não optar pela regularização virará cliente da fiscalização da Receita Federal", disse, bem-humorado, Iágaro Jung Martins, referindo-se a tais contribuintes após a Lei de Repatriação. Segundo Cirilo, existe a possibilidade de acordos bilaterais para que as informações sejam retroativas. Ele informou que atualmente o Brasil tem acordo pleno de investigação com 34 países.

A Receita Federal conta ainda com a lei americana Foreign Account Tax Compliance (Fatca), criada para coletar informações perante as instituições financeiras sobre contas oriundas dos Estados Unidos (EUA) e mantidas por titulares norte-americanos. Com isso, aumentou o intercâmbio de informações financeiras no âmbito do Fatca e a

Receita Federal, além do Internal Revenue Service (IRS), fisco do EUA. Só em setembro do ano passado, foram informados rendimentos associados a 25.280 brasileiros em montante superior a R\$ 1 bilhão.

Em outro caso de repercussão internacional, o Panama Papers, a Receita Federal identificou mais de 1.300 *offshores* relacionadas a 400 brasileiros. Para a Receita, embora essas empresas estejam registradas no Panamá, os ativos estão em outros países, mas a fiscalização irá atrás dos recursos.

“Estamos discutindo com autoridades tributárias panamenhas para saber onde essas *offshores* estão operando para ir até esses países. As autoridades panamenhas têm condições de nos informar”, destacou Iágaro Martins.

Pelos dados declarados pelas pessoas físicas em 2015, o total de bens e direitos no exterior pelas pessoas físicas está em R\$ 265,9 bilhões, dos quais 20,1% estão nos Estados Unidos e 35,4% nas Ilhas Virgens Britânicas, nas Bahamas e nas Ilhas Cayman. No caso dos 34 países com os quais o Brasil tem acordo em vigor, o total chega a R\$ 136,6 bilhões (51,%).

Não adianta fugir

O subsecretário da Receita ressaltou que as pessoas que procuram esconder seus ativos em países que não fazem parte da Convenção Multilateral para o Intercâmbio Internacional de Informações Tributárias terão problema no futuro. “Se a Convenção tem 103 países, os países que vão sobrar serão de alto risco para os contribuintes.

Nos próximos anos, mais de 150 devem aderir [à convenção]. Os que não aderirem podem sofrer sanções e terão problemas por não serem transparentes, com restrições em suas negociações. O mundo começa a ficar sem fronteiras para o Fisco”, enfatizou.

Governo terá de tomar medidas impopulares, diz ministro da Indústria

23/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, afirmou há pouco que o governo terá de tomar medidas impopulares, que como um remédio terão um gosto amargo, mas trarão saúde e estabilidade. Ele cobrou que o Congresso assuma seu papel com coragem e ajude na sustentação do governo, apoiando os projetos enviados, como a PEC que zera o crescimento real dos gastos públicos por até 20 anos e a reforma da Previdência.

“Há duas semanas eu fui procurado por um deputado que comentou que as propostas do governo eram impopulares e que os parlamentares precisavam ver como votariam. Eu respondi que agora é hora de pensarmos no melhor para o Brasil. Não podemos ficar olhando para popularidade ou as próximas eleições. O Brasil tem pressa e não podemos conduzir as discussões de reformas importantes como se discutiu no passado recente”, afirmou em discurso na premiação “As Melhores da Dinheiro”, promovido pela revista IstoÉ Dinheiro.

O ministro disse que o governo conseguiu superar a crise política e agora trabalha para arrumar a casa, fazendo a roda da economia girar novamente. “É preciso um pouco mais de paciência, porque começamos um grande processo de desburocratização e simplificação da administração pública”, afirmou.

Ele ressaltou ainda que o Brasil esteve sub-representado no comércio externo nos últimos anos e que agora o governo está trabalhando na construção de novos acordos comerciais, incluindo do Mercosul com a União Europeia e também do bloco latino com o Canadá.

Decreto altera regulamento de crédito tributário e de consulta sobre legislação

23/09/2016 – Fonte: R7

O governo de Michel Temer editou decreto que altera a regulamentação do processo de determinação e exigência de créditos tributários da União e de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal.

A ementa do novo texto agora cita que a norma também disciplina o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos.

Entre outros pontos, o decreto desta sexta-feira, 23, determina que os atos e termos processuais poderão ser formalizados, tramitados, comunicados e transmitidos em formato digital.

Nesse caso, quando feito por meio eletrônico, será considerada efetuada uma intimação nos prazos seguintes: 15 dias, contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo de 15 dias; ou na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

O texto também diz que o lançamento de ofício compete ao auditor fiscal da Receita Federal, podendo a exigência do crédito tributário ser formalizada em auto de infração ou em notificação de lançamento.

Também prevê que o auditor procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários de sua responsabilidade for superior a 30% de seu patrimônio conhecido.

Comércio apoia proposta de remunerar funcionários por horas trabalhadas ou produtividade

23/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Mais da metade dos empresários do setor de comércio e serviços aprova a regulamentação do trabalho intermitente, aquele no qual o trabalhador é remunerado por horas trabalhadas ou por produtividade. A maioria também acredita que esse novo formato de contrato resultaria, num curto espaço de tempo, em aumento do emprego.

Essa é a principal conclusão de uma pesquisa feita pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo SPC Brasil. A enquete ouviu 822 empresários do setor no país, de empresas de todos os tamanhos, na primeira quinzena de agosto.

A pesquisa revela que 53,7% dos empresários consideram a regularização do trabalho intermitente como ótima ou boa e 54,6% acreditam que a normatização desse novo modelo de contrato de trabalho resultaria no aumento do emprego.

“O trabalho intermitente com jornada flexível é um avanço e traz para dentro das empresas uma realidade vivida hoje pela sociedade”, afirma o presidente da CNDL, Honório Pinheiro. Ele observa que essa mudança seria muito favorável aos varejistas que, por causa de datas sazonais, por exemplo, têm necessidades diferenciadas de mão de obra ao longo do ano.

Nas contas do presidente da CNDL, levando-se em conta a regulamentação do trabalho intermitente e da terceirização, o emprego no comércio poderia ser ampliado em 1,1 milhão de vagas numa tacada só, se cada varejista admitisse um trabalhador por loja nesse novo sistema. Pinheiro diz que o varejo emprega 19 milhões de trabalhadores.

Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), admite que na área de comércio daria para fazer alguns aprimoramentos. “Temos uma legislação sobre jornada de meio período que não é usada de forma adequada.”

Ele ressalta que não há nenhuma convenção coletiva dos comerciários sinalizando esse caminho, mas há disposição por parte do sindicato de negociar com as empresas contratos com jornada de meio período para pessoas da terceira idade e jovens, por exemplo. “Esses são grupos muito afetados pelo desemprego.”

A prerrogativa do sindicato é que esses trabalhadores não ganhem menos de um salário mínimo. Muitas vezes, diz Patah, essas novas modalidades de contrato de trabalho são usadas para diminuir a remuneração.

Terceirização

Um resultado da pesquisa que chama atenção é que, apesar de a maioria (61,3%) dos entrevistados considerar a regulamentação da terceirização uma boa iniciativa, apenas 21,3% dos empresários afirmaram que contratariam trabalhadores nessa condição.

Na terceirização, os empresários contratam outras empresas para executar serviços específicos, sem que se configure vínculo entre a empresa contratante e os trabalhadores da empresa contratada.

A pesquisa mostra também que 22,7% dos empresários consideram a terceirização ruim. Entre os fatores negativos estão o fato de o trabalhador terceirizado não se sentir parte da empresa (8,8%) e o risco de que a qualidade do serviço não seja boa (8,4%).

Mais da metade dos empresários afirma que reforma trabalhista vai aumentar oferta de vagas no País

23/09/2016 – Fonte: R7

Medida considerada como impopular, a modernização das leis trabalhistas pode ampliar a oferta de empregos e ajudar o País a se recuperar da crise. Esse é o pensamento de 54,6% dos empresários, segundo pesquisa divulgada pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas).

O levantamento mostra ainda que a permissão para que as empresas possam contratar e remunerar funcionários por horas trabalhadas ou por produtividade desagradada apenas 10% dos empresários, que dizem acreditar que a medida levará à redução na quantidade de postos de trabalho. Outros 25,4% imaginam que a mudança não provocará alterações nesse sentido.

A pesquisa, que ouviu 822 empresários de todos os portes e dos segmentos do comércio e de serviços nas 27 capitais e no interior do Brasil, revela ainda que seis em cada dez (62,5%) empresários afirmaram que o chamado 'trabalho intermitente'

poderá impulsionar a economia brasileira com o atual quadro de dificuldades e aumento no corte de vagas.

De acordo com o estudo, quase um terço dos empregadores (32,5%) diz que a medida também poderá reduzir a informalidade.

A reforma trabalhista em questão foi proposta pelo governo e visa implementar mudanças na CLT e sinalizar ao mercado uma ação para acelerar o crescimento da economia. Na última quarta-feira (21), o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que a proposta só enviada ao Congresso no segundo semestre de 2017.

O chamado 'trabalho intermitente' visa a implementação de uma nova modalidade de contrato de trabalho, com a adoção do regime de hora móvel em lugar do atual, de hora fixa. Nesse modelo, as empresas têm a possibilidade de contratar funcionários para trabalhar em dias ou horas alternadas, pagando pela efetiva contraprestação de serviços.

O presidente da CNDL, Honório Pinheiro, classifica como "oportuno" o debate sobre medidas que podem dar mais dinamismo à economia nacional. Ele afirma que a atividade de empreender enfrenta diversos obstáculos no Brasil.

— Assim como o peso da carga tributária torna o País menos competitivo e a insegurança jurídica restringe o crédito e o investimento, a rigidez de uma legislação trabalhista como a brasileira limita a oferta de trabalho. Precisamos superar esse entrave se quisermos enfrentar os problemas de produtividade no Brasil.

A pesquisa mostra ainda que, caso a proposta de jornada flexível seja regulamentada no Brasil, praticamente um terço (33,2%) dos empresários consultados disseram que fariam ao menos uma contratação sob o novo regime.

Trabalhadores

O levantamento indica ainda que 60,5% dos empresários consultados confiam que os seus negócios serão beneficiados com o novo modelo, sendo que 18,9% dizem acreditar em um ambiente mais propício para contratações em alta temporada e 14,5% veem a possibilidade de economizar sob o novo regime de trabalho.

Outros 11,2% pensam que poderão contratar funcionários para atividades que não exigem dedicação em período integral. Para 31,6% dos empresários o regime de hora móvel não traria qualquer benefício as suas empresas.

Do ponto de vista dos trabalhadores, 70,3% dos empresários entrevistados avaliam que a opção de jornada flexível será benéfica para os empregados.

As principais vantagens citadas pelos empresários serão a possibilidade de conciliar emprego e estudo, uma vez que o trabalhador poderia se dedicar menos horas por semana (25,8%), e a possibilidade de os trabalhadores informais ganharem um amparo legal, desfrutando de benefícios que hoje não recebem (20,1%). Entre os empresários ouvidos, apenas 20,2% disseram não acreditar que haverá benefício para o trabalhador.

Inflação mais baixa faz mercado apostar em queda da Selic em outubro

23/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A inflação mais baixa que o esperado no início de setembro e o ruído gerado por declarações do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em Nova York, aumentaram as apostas de que o corte do juro se aproxima.

Na quinta-feira, 22, os contratos negociados no mercado futuro de juros (que tentam antecipar o comportamento da taxa básica) já embutiam em 100% a probabilidade de redução de 0,25 ponto porcentual da taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, em 18 e 19 de outubro. A taxa está em 14,25% ao ano desde julho do ano passado.

Mesmo sem um avanço expressivo na agenda de reformas, o otimismo cresceu logo no início do dia, na quinta-feira, 22, com a divulgação da prévia da taxa oficial de inflação – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) – que subiu 0,23% em setembro, após 0,45% em agosto.

O número surpreendeu. Na quarta-feira, a sinalização do Federal Reserve (banco central americano) de que uma elevação dos juros nos EUA pode não ocorrer este ano ou será moderada também influenciou as apostas.

O movimento foi reforçado por uma entrevista do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, nos EUA, à agência de notícias *Bloomberg*. Ele teria classificado o corte da Selic em 2016 como “altamente provável”.

O ministério esclareceu, porém, que Meirelles não fez tal afirmação e que, na entrevista, disse que a aprovação das medidas fiscais provocará queda do juro estrutural, sem fazer referência à Selic nem ao ano de 2016.

Teto

A equipe econômica espera que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos seja aprovada no fim de outubro na Câmara dos Deputados. A tramitação no Senado pode ter início em novembro.

Ou seja, o primeiro avanço efetivo no Legislativo ocorreria alguns dias após a reunião do Copom de outubro, que balizou as expectativas do mercado de juros. Assim, o movimento de corte de juros previsto pelo mercado financeiro teria de ocorrer antes da definição sobre a política fiscal.

No mês passado, no documento que apresentou os argumentos para a decisão do Copom, o próprio Banco Central condicionou o corte dos juros à menor incerteza sobre a aprovação das medidas fiscais. Em outras palavras, apenas a inflação mais baixa não será suficiente para o corte da Selic.

O calendário citado pelo governo foi indicado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e caminha no mesmo passo da definição da corrida eleitoral municipal.

Encarado pela equipe econômica como um “farol para o mercado”, o discurso de Meirelles é assentado na condição essencial de aprovação das medidas fiscais no Congresso. Por isso, um de seus auxiliares diz que a equipe tem usado toda a energia e o capital político para esclarecer e tentar convencer parlamentares sobre a importância da aprovação da PEC do Teto.

Chile revisa investimentos em mineração para US\$ 49,2 bi nos próximos 10 anos

23/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O setor de mineração do Chile revisou os investimentos de 37 projetos durante a próxima década, para US\$ 49,2 bilhões, queda de 36% em relação à projeção de US\$ 77,3 bilhões em investimentos estimados no ano passado, devido ao declínio nos preços dos metais que resultou no arquivamento de oito projetos, afirmou a Comissão Chilena de Cobre (Cochilco).

A projeção da Cochilco para investimentos em mineração diminuiu de forma constante desde 2013, quando previa que as empresas gastariam US\$ 113 bilhões ao longo da década. O setor de mineração foi atingido pela queda dos preços do cobre. O Chile é o maior produtor de cobre do mundo.

Governo vai 'apelar para o emocional' em campanha que defenderá reforma da Previdência

23/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A ofensiva de comunicação que o governo prepara para a reforma da Previdência deverá ter apelos a um país mais justo e ameaça da impossibilidade de aposentadoria para filhos e netos dos brasileiros que hoje estão no mercado de trabalho.

O Planalto promete enviar a matéria ao Congresso ainda neste mês, e o presidente Michel Temer afirmou nesta quarta-feira (21) nos Estados Unidos que a reforma só deve ser aprovada no ano que vem.

Entre as possibilidades discutidas estão peças publicitárias com os dizeres "O Brasil precisa ser mais justo", "Seus filhos e netos merecem ter Previdência" e "A população idosa vai triplicar até 2050" – esta mensagem é embasada em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada no fim do mês passado.

Haverá uma segmentação de público, entre as variadas classes sociais, além de um trabalho específico para os parlamentares, especialmente deputados.

O trabalho é desenvolvido por várias agências de publicidade, que receberam os briefings (demandas iniciais para campanhas) no começo do mês. Nesta quarta-feira à noite, cerca de 30 publicitários estiveram no Palácio do Planalto com o secretário de Comunicação Social da Presidência, Márcio de Freitas, para seguir na discussão das estratégias. Foram apresentados exemplos de conteúdos e formatos.

"Tática de enfrentamento"

A ideia é que a campanha lance mão de vários canais: rádio, TV, internet, peças publicitárias na rua, jornais e revistas, por exemplo. Ainda está sendo considerada a possibilidade de o presidente Michel Temer aparecer nessas propagandas.

As agências e o governo também querem que as publicidades – que deverão ter gráficos didáticos e fotos de pessoas se abraçando – direcionem a população ao Portal Brasil (brasil.gov.br), onde os dados serão explicados com mais aprofundamento.

Será enfatizado que o governo está empenhado na aprovação da reforma, e a expressão "saiba o que o governo vem fazendo" deverá ser largamente utilizada.

Na parte digital, falou-se em "tática de enfrentamento" e "batalha" na reunião de quarta-feira no Planalto. A avaliação é que a reforma da Previdência não avançará, se o "Fora, Temer" persistir, bem como a alta rejeição do governo efetivado na Presidência há menos de um mês.

Novo Código de Processo Civil abre brecha para medidas polêmicas contra devedores

23/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O novo Código de Processo Civil (CPC), vigente desde março deste ano, abriu uma brecha para a tomada de medidas polêmicas contra os inadimplentes condenados pela Justiça a pagar as dívidas. De acordo com o inciso 4.º do artigo 139, todas as medidas “indutivas e coercitivas” devem ser tomadas para assegurar o cumprimento das ordens judiciais contra devedores.

Com isso, advogados viram a possibilidade de solicitar a tomada de medidas em favor dos credores, como a suspensão de passaportes, carteiras de motorista e de cartões de crédito. Mas, essa novidade fez brotar um novo debate em torno dos limites para forçar alguém a honrar os débitos.

O exemplo mais recente ocorreu neste mês contra um empresário, que foi condenado pela 2.ª Vara Cível de São Paulo a perder o direito do uso dos documentos e dos cartões devido à falta de pagamento de uma dívida a uma concessionária de automóveis. A suspensão dos documentos foi revogada ao chegar ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), mas a restrição ao crédito foi mantida.

Segundo a professora de processo civil do Curso Professor Luiz Carlos Liliane Busato, o limite para as medidas vai até o ponto em que elas não firam a Constituição e o Código Civil.

“A lei federal estabelece que é possível protestar os títulos do devedor e incluí-lo no cadastro de inadimplentes. Essa é uma forma de coerção indireta, porque cria um constrangimento. Mas, no caso da suspensão dos documentos, a Justiça entendeu que houve abusividade na decisão e respaldou o seu parecer na Constituição Federal.”

Na decisão em favor do empresário, o TJ-SP considerou que a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e do passaporte contraria o direito de ir e vir do cidadão, o que não ocorreu no caso da restrição aos cartões.

Para o professor da Escola de Direito do Rio da FGV Gustavo Kloh, o inciso deve servir apenas como um dispositivo em caso de “violação à dignidade da Justiça”, como ocorre em países como os Estados Unidos. Na opinião dele, no entanto, é importante distinguir o desrespeito às instituições e a falta de recursos do devedor.

“O Brasil é um país em crise e em que muita gente deve. E, para esses casos, a situação usual é a prevista no artigo 789, que diz que a garantia das dívidas é o patrimônio do devedor”, diz.

Os advogados advertem, porém, que aqueles que transferem os bens para fugir do pagamento das dívidas após condenação cometem crime de fraude, que prevê a apreensão dos ativos, por meio do arresto, ou a ineficácia da ação, que anula a transferência.

Jurisprudência

Pelo fato de nenhum processo com base no artigo 139 ter chegado à terceira instância, os professores contam que ainda não é possível apontar como os juízes deverão

interpretar os pedidos de suspensão de direitos. “Os códigos são escritos com o tempo, e só o tempo dirá o que é excessivo ou não”, acrescenta Kloh.

Quais medidas podem ser tomadas?

As medidas previstas hoje para os casos de condenação por dívidas são a inclusão no cadastro negativo, que implica a restrição a novas linhas de crédito, e o leilão de bens de maior valor, como carros e imóveis, afirma a economista do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) Ione Amorim.

Desde novembro de 2014, o período para a retomada de veículos foi reduzida para três meses, o que facilitou a apreensão do patrimônio. Já a prisão só é autorizada quando há falta de pagamento de pensões alimentícias.

Por outro lado, a economista ressalta que a negativação não impede o acesso a serviços essenciais, como água e energia elétrica.

Conforme o entendimento do meio jurídico, Ione declara que os alunos de colégios particulares que estejam inadimplentes não podem ser impedidos de fazer provas. No entanto, as instituições podem se negar a renovar as matrículas por falta de pagamento.

Já os planos de saúde preveem um atraso máximo nos pagamentos de até 60 dias corridos. Depois desse período, o uso dos serviços pode ser suspenso.

Reforma sem distinção na Previdência

23/09/2016 – Fonte: O Globo



A proposta de emenda constitucional (PEC) que vai alterar as regras do sistema previdenciário já foi fechada pelos técnicos do governo. De acordo com o texto encaminhado ao presidente Michel Temer, que deve bater o martelo na próxima semana, as mudanças vão atingir todos os trabalhadores brasileiros, do setor privado ao público, militares e até parlamentares, tendo regimes especiais ou não.

Ao contrário do que chegou a ser divulgado anteriormente, as Forças Armadas entrarão na reforma da Previdência. E, para fechar brechas legais à chamada desaposentação (possibilidade de o aposentado continuar trabalhando e recalculer o benefício), a ideia é deixar claro na Constituição que a aposentadoria é “irreversível e irrenunciável” — conceito previsto apenas em decreto.

Sobre a desaposentação, há milhares de ações na Justiça, e o assunto já chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Uma decisão favorável aos trabalhadores poderá representar um esqueleto acima de R\$ 100 bilhões para a União, segundo estimativas oficiais.

A medida valerá para os novos pedidos e também para orientar as decisões judiciais em andamento. Até agora, a Advocacia-Geral da União (AGU) vem recorrendo das sentenças.

Segundo um interlocutor, a decisão de enviar ao Congresso uma proposta mais abrangente foi tomada antes da viagem de Temer a Nova York e tem como objetivo

ajudar a convencer a opinião pública sobre a necessidade urgente das mudanças. Essa tarefa, explicou a fonte, é mais difícil se alguns grupos ficarem de fora da reforma. A intenção de Temer é enviar a PEC ao Congresso até outubro, se possível antes das eleições — depois de apresentar o texto às centrais sindicais e líderes dos partidos.

— A decisão do presidente será política, mas com embasamento técnico — afirmou um técnico envolvido nas discussões.

A opinião é compartilhada por especialistas em Previdência, levando-se em conta o que o país gasta com aposentadorias e pensões — e, sobretudo, a enorme distância entre os setores privado e público. O déficit no INSS neste ano está estimado em R\$ 149,2 bilhões, para pagar 30 milhões de segurados. Já no serviço público, o rombo projetado é de R\$ 90 bilhões, mas para um universo de um milhão de beneficiários.

— Entendo como correto e salutar o processo de convergência das regras da Previdência para todos os trabalhadores — afirmou o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Rogério Nagemine.

Por que a reforma é necessária

A Previdência registra rombo crescente: gastos saltaram de 0,3% do PIB em 1997 para projetados 2,7% em 2017. Em 2016, o rombo é de R\$ 149,2 bi (2,3% do PIB). Os brasileiros estão vivendo mais, a população tende a ter mais idosos, e os jovens, que sustentam o regime, diminuirão.

O norte da reforma é harmonizar as regras para todos os trabalhadores, ainda que os regimes continuem existindo de forma separada. Em linhas gerais, a reforma prevê idade mínima de 65 anos para aposentadoria e valerá para quem tiver até 50 anos ou 45 anos (caso de mulheres e professores) na época promulgação da PEC.

Quem estiver acima dessa faixa etária será enquadrado na regra de transição e poderá se aposentar dentro da legislação atual, pagando um pedágio (adicional ao tempo que ainda falta para requerer o benefício) de 50%.

TRABALHADOR RURAL PASSARIA A CONTRIBUIR

A ideia é que a fase de transição dure entre 15 e 20 anos (mulheres e professores), de forma que, se a PEC for aprovada em 2017, todos estejam dentro das novas regras em 2037.

Com isso, acaba a aposentadoria por tempo de contribuição — 35 anos para homens e 30 para mulheres —, vigorando apenas a idade mínima, com tempo de contribuição mínimo, que deve subir dos atuais 15 para 20 anos.

Ou seja, se uma pessoa começou a trabalhar com 18 anos, contribuirá por 47 anos e, ainda assim, terá que ficar mais tempo na ativa para levar o benefício integral, pois o cálculo deste deve mudar.

Também acaba o chamado fator previdenciário, que hoje permite ao trabalhador do setor privado se aposentar ao atingir 85/95, somando idade e tempo de contribuição para mulheres e homens, respectivamente.

No setor público, onde já existe idade mínima, esta passará do atual patamar — 60 anos de idade e 35 de contribuição (homens) e 55 anos e 30 de contribuição (mulheres) — para 65 anos.

Assim como no caso de mulheres e professores, que têm regras mais suaves que os demais trabalhadores (podem se aposentar com cinco anos a menos), os militares das Forças Armadas deverão ter uma fase de transição mais leve, diante das especificidades da carreira. Estão no radar elevar o tempo na ativa dos atuais 30 para

35 anos, acabar com a quota compulsória (ao chegar a determinada idade, o militar é obrigado a pedir reserva) e outros ajustes, inclusive na pensão.

Para isso, a PEC se propõe a alterar o artigo 142 da Constituição. Os militares continuam contribuindo quando vão para a reserva, com alíquota de 7,5%, mas, mesmo assim, o sistema registrou déficit de R\$ 32,5 bilhões no ano passado.

Já no caso de policiais militares e bombeiros, estão previstas alterações no artigo 42.

A ideia é fixar idade mínima, e não apenas tempo de contribuição, como é hoje. A medida é considerada importante para reduzir a pressão dos gastos dos estados, que viraram 2015 com déficit de R\$ 60,9 bilhões no conjunto dos regimes próprios de previdência.

Desde que acabou o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), em 1997, deputados e senadores podem se aposentar aos 60 anos, com benefício integral se exerceram o mandato por 35 anos, ou proporcional, se por um tempo inferior. Eles seguem os mesmos critérios dos servidores públicos.

Em outra frente, a reforma deve proibir o acúmulo de pensão e aposentadoria para novos beneficiários. E o valor da pensão será reduzido, unificando as regras para todos.

A PEC vai mexer ainda com a aposentadoria rural: os trabalhadores contribuirão com uma alíquota de 5%, semelhante aos microempreendedores. Empresas exportadoras do agronegócio, que têm isenção, também deverão ser afetadas. Todos, sem exceção, serão atingidos de alguma forma, disse a fonte.

Desaposentação do INSS poderá ser decidida pelo STF em outubro

23/09/2016 – Fonte: Jornal Extra - Globo



Milhares de aposentados do INSS que retornaram ao mercado de trabalho poderão ser favorecidos com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a troca de aposentadoria, a chamada desaposentação. O tema voltará a ser julgado pela Corte em 26 de outubro. Os ministros do STF decidirão pela validade ou não da troca de benefício, que poderá aumentar o valor da renda de cada segurado.

A discussão sobre o assunto se arrasta desde 2003. Até agora, a votação está empatada, com dois ministros favoráveis à troca e outros dois contrários. A análise do caso estava suspensa por um pedido de vistas da ministra Rosa Weber, que ainda não deu seu voto.

Na última discussão sobre o tema, o ministro Luís Roberto Barroso votou favorável à troca de benefício quando o aposentado continua trabalhando e contribuindo para o INSS. Porém, ele propôs que o cálculo da nova aposentadoria leve em consideração os proventos já recebidos pelo segurado.

Segundo a proposta, no cálculo do novo benefício, os elementos idade e expectativa de vida, utilizados no cálculo do fator previdenciário — redutor do valor pago pelo INSS para desestimular aposentadorias precoces —, devem ser idênticos aos do momento da primeira aposentadoria.

Como já adiantou o EXTRA, o governo deve incluir, na reforma da Previdência, um regime especial para os aposentados que continuam no mercado de trabalho. Segundo uma fonte ligada à equipe que trata do tema, os trabalhadores que recebem benefícios e permanecem na ativa poderiam ficar isentos de contribuição mensal ao INSS. A medida seria uma estratégia para acabar com os casos de desaposentação.

Segundo um levantamento feito pela Advocacia Geral da União (AGU), há mais de 182 mil ações judiciais sobre desaposentação tramitando em todo o país. Segundo o estudo, as ações podem onerar ainda mais o caixa previdenciário, gerando um déficit imediato de R\$ 7,65 bilhões por ano.

Vendas de combustíveis no Brasil caem quase 2% em agosto, diz ANP

23/09/2016 – Fonte: Jornal Extra – Globo

As vendas de todos os combustíveis no Brasil em agosto somaram 74,37 milhões de barris, queda de 1,9 ante o mesmo mês do ano anterior, enquanto a gasolina permanece ganhando espaço em relação ao etanol hidratado para veículos flex.

Dados publicados nesta quinta-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostraram que as vendas de gasolina C somaram 22,25 milhões de barris, alta de 7,5 por cento ante o mesmo mês do ano anterior.

Grupo PSA vai lançar carro autônomo em 2020

23/09/2016 – Fonte: Automotive business



O Grupo PSA começa a dar passos mais consistentes no desenvolvimento do carro autônomo. A companhia anunciou que pretende lançar modelos com funções automatizadas a partir de 2018.

Serão recursos que conduzirão o veículo, mas ainda sob a vigilância do motorista. Já em 2020 é a hora de vender no mercado modelos com a tecnologia plena, que permitirá ao condutor delegar totalmente a tarefa de dirigir ao sistema.

Para alcançar este patamar, a companhia desenvolveu 10 protótipos autônomos que rodam em testes. Segundo a companhia, os carros percorreram 60 mil quilômetros em rodovias europeias desde 2015.

O número, apesar de expressivo, indica que o Grupo PSA está bem atrás de concorrentes, principalmente quando se trata de empresas de fora do setor automotivo.

O Google, por exemplo, já rodou 3 milhões de quilômetros com sua frota de modelos autoguiados. Já a Uber começa a colocar os carros com a tecnologia na rua para transportar passageiros nos Estados Unidos.

O processo de desenvolvimento do grupo francês pretende analisar diversos aspectos dos sistemas autônomos de condução e detectar situações perigosas.

Assim, o Grupo PSA quer trabalhar na evolução dos algoritmos de pilotagem e na inteligência embarcada dos modelos. Além do projeto independente, a companhia

também conduz desenvolvimentos em parceria com os institutos Systems-X e Vedecom. A fabricante de veículos já busca novas autorizações para fazer testes em mais vias públicas.

Delphi apresenta injetores inteligentes no IAA

23/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Delphi apresenta esta semana no salão de veículos comerciais de Hannover, o IAA Commercial Vehicles, na Alemanha, sua nova geração de bicos injetores de alta precisão que vão equipar novos motores diesel Euro 6, previstos para serem usados no novo sistema de injeção *common rail* F3 que vão equipar caminhões médios, semipesados e pesados a partir de 2021.

Os novos injetores inteligentes têm o funcionamento controlado por uma central eletrônica de gerenciamento, que calibra o desempenho de forma automática com até nove injeções por ciclo, de acordo com a necessidade, e mantém o desempenho do dispositivo inalterado por toda a vida útil do motor.

Segundo a Delphi, não há necessidade de constantes recalibrações dos injetores conforme o veículo envelhece, pois o sistema é autoajustável, reduzindo os gastos e tempo de manutenção.

A fabricante garante o funcionamento do bico como igual a de um novo por mais de 1,6 milhão de quilômetros de operação. No caso de troca, também não é preciso calibrar o injetor, pois o sistema memoriza o seu funcionamento.

Há ganhos em economia de combustível e emissões. A fabricante explica que, dependendo do regime de trabalho do motor, os injetores podem fazer até nove injeções de combustível por ciclo (contra duas a três nos bicos atuais Euro 6), aumentando assim a eficiência da combustão no cilindro.

Com isso, a Delphi antecipa redução de consumo em torno de 1,5%. A habilidade de controlar com precisão a “estratégia de injeção” diminui os picos de temperatura e reduz as emissões de NOx e fuligem (particulado).

Por consequência, também podem ser reduzidos os gastos com os catalisadores SCR de pós-tratamento de gases e seu consumo de solução de ureia (conhecida como Arla no Brasil) que é injetada no sistema.

“O controle fechado é essencial para o funcionamento da próxima geração de sistemas de combustível, mas isso precisa ser feito sem adicionar complexidade”, afirma Kerem Erman, vice-presidente da divisão Powertrain da Delphi e diretor geral da unidade de sistemas de injeção de combustível.

“Os novos injetores inteligentes têm essa simplicidade, sem necessidade de cabeamento adicional. Por isso acreditamos que é a solução de melhor custo-benefício para atender a evolução do motores Euro 6”, avalia.

BMW começa a vender novo Série 4 Gran Coupé no Brasil

23/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A **BMW** traz para a rede de concessionárias brasileira o novo Série 4 Gran Coupé na versão 430i M Sport. O modelo ganhou potência com motor TwinPower Turbo de 252 cv, que promete aceleração de zero a 100 km/h em 5,9 segundos.

A transmissão é automática de oito velocidades, com borboletas atrás do volante para a troca de velocidade. O preço sugerido é tão elevado quando o luxo que o carro oferece: R\$ 276.950. Há também opção pela versão Cabrio Sport Limited Edition, com teto rígido retrátil, por R\$ 239.950.

O modelo tem 2,81 metros de distância entre eixos, 1,82 metro de largura, 1,39 m de altura e 4,64 m de comprimento. Está integrada a tecnologia Efficient Dynamics, que promete melhorar o consumo e as emissões do carro, além de sistema Start-Stop, que desliga o motor em pequenas paradas no trânsito.

Entre os itens do carro estão seis airbags –duplos frontais, laterais dianteiros, de cortina dianteiros e traseiros – câmera de ré, sensor de estacionamento e de chuva, faróis bi-xênon direcionais e ar-condicionado digital.

A BMW destaca ainda que o 430i Gran Coupé M Sport chega com pacote completo de conectividade, incluindo sistema de navegação com leitor de CD, DVD, entrada USB e tela de 8,8 polegadas.

Algumas das funções do sistema são chamada de emergência, BMW Teleservices, que avisa sobre a necessidade de serviços, e ConnectedDrive, que dá acesso a notícias online por meio de aplicativos.

Indústria entrega proposta de renovação da frota ao MDIC

23/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Antonio Megale, presidente da Anfavea, entrega em mãos a proposta da renovação de frota ao ministro do MDIC, Marcos Pereira

Com a mudança de governo, dezenove entidades da indústria e dos trabalhadores do setor automotivo entregaram mais uma vez a proposta do Programa de Sustentabilidade Veicular, que prevê a renovação da frota e o incentivo à cadeia de reciclagem de autopeças.

O projeto foi entregue ao ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira, que recebeu um grupo de representantes da Coalizão Empresarial em reunião realizada na quarta-feira, 21, em Brasília.

“O Programa de Sustentabilidade Veicular pode ser um dos vetores da retomada do crescimento do Brasil. Nosso setor tem potencial para alavancar a economia brasileira”, disse o presidente da Anfavea, Antonio Megale, que entregou pessoalmente o documento ao ministro.

Para Megale, além de incentivar a renovação da frota, o programa estimulará a sustentabilidade da cadeia produtiva, além de reforçar a indústria de reciclagem de autopeças, a redução da emissão de gases poluentes produzida por veículos antigos e a segurança no trânsito.

“O desenvolvimento do setor automotivo também contribuirá diretamente para o crescimento econômico do País”, completou.

A renovação da frota veicular, que vem sendo debatida há mais de três anos – a primeira proposta foi entregue em novembro de 2013, tem como objetivo promover a sustentabilidade de frota de veículos em circulação no Brasil.

Segundo dados apresentados pelos representantes da Coalizão Empresarial, o setor automotivo é a maior cadeia produtiva do País, responsável por 10% do PIB e que emprega mais de 5 milhões de pessoas.

Na avaliação de José Roberto, representante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Programa de Sustentabilidade Veicular deve qualificar a mão-de-obra brasileira e incentivar a geração de empregos no país.

“No nosso entendimento, isso será fundamental para o sucesso do programa. Devemos estar atentos a essas questões ou continuaremos importando em grande quantidade, o que corta o número de postos de trabalho no Brasil”, afirmou.

Por sua vez, o ministro reiterou que o governo está empenhado em garantir a retomada do crescimento econômico, com o consequente aumento do número de postos de trabalho e da renda. “O Brasil tem pressa para voltar a crescer e o melhor programa social para o País, atualmente, é a geração de empregos”, disse.

Durante o Congresso Fenabrave realizado em agosto deste ano, Pereira havia afirmado que o governo pretendia colocar o programa em prática já em 2017.

Além de Megale, da Anfavea, participaram da reunião representantes da Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares); Anfir (Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários); Anip (Associação Nacional da Indústria dos Pneumáticos); CNT (Confederação Nacional do Transporte); CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos); Fabus (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus); Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores); Fenauto (Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores); IABR (Instituto Aço Brasil); Simefre (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários); Sindinesfa (Sindicato das empresas de Sucatas de Ferro e Aço); Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores); e Sintraut (Sindicato dos trabalhadores e instrutores em autoescolas).

Dieselgate: VW planeja consertar carros na Europa até o fim de 2017

23/09/2016 – Fonte: Automotive Business

Pouco a pouco o Grupo Volkswagen tenta consertar o estrago causado pelo dieselgate, o escândalo provocado pela fraude nos motores de 11 milhões de carros vendidos globalmente. A maior parte dos veículos com nível de emissões adulterado foi vendida na Europa. A montadora negocia com as autoridades da região prazo até o fim do ano

que vem para consertar todos os automóveis equipados com o software.

A companhia não confirma, mas informações da agência Automotive News indicam que o objetivo é, ainda em 2016, informar os clientes do recall. O plano consiste em adequar os veículos para que eles enfim cumpram as regras de emissões da região.

Os debates para resolver o problema acontecem desde setembro do ano passado, quando o dieselgate foi descoberto. É justamente na Europa que a montadora enfrenta os maiores problemas para definir como fará o recall e a compensação aos proprietários afetados. Nos Estados Unidos a Volkswagen definiu que vai ressarcir os clientes com ações que custarão de US\$ 15 bilhões à companhia.

Diante disso, aumentaram as pressões na Europa para que a montadora defina logo uma solução. Autoridades da região chamam a atenção para a necessidade de a empresa se empenhar mais pelos consumidores europeus e destacam que é injusto priorizar os clientes dos Estados Unidos. Enquanto lá os consumidores recebem milhares de dólares pelo transtorno, na Europa a companhia quer apenas oferecer o reparo dos veículos.

Tiguan e Golf Variant recebem 1.4 TSI flex

23/09/2016 – Fonte: Automotive Business



O Volkswagen Tiguan e o Golf Variant receberam o motor 1.4 TSI flex, que produz até 150 cavalos quando abastecido com etanol. No utilitário esportivo ele tem preço inicial de R\$ 125.990, que inclui o câmbio automático DSG de dupla embreagem com seis marchas. Tem tração apenas dianteira e se torna a versão de entrada do modelo. A opção 2.0 TSI com tração integral permanece à venda e tem preço sugerido de R\$ 149.990.

No Golf Variant ele equipa as duas versões à venda. Começa em R\$ 101.880 na Comfortline e em R\$ 113.290 na Highline. O novo motor substitui o 1.4 TSI a gasolina, de 140 cv. A troca pela unidade bicomustível teve um ponto negativo para o modelo, já que o câmbio automático DSG de sete marchas deu lugar ao de seis velocidades.

Esse motor já equipa parte da linha Golf e versões dos Audi A3 sedã e Q3. Esses três modelos são fabricados em São José dos Pinhais (PR). A montadora também apresentou o Golf 1.0 TSI, com 125 cv .



As imagens da traseira e do interior são do Tiguan 1.4 TSI flex. De perfil se vê o Golf Variant, que mede 4,56 metros. Porta-malas passa de 605 para 1.620 litros com banco traseiro rebatido

Omega atrai visitantes com tecnologia e informação qualificada durante o ISA Expo

23/09/2016 – Fonte: CIMM

O estande da Omega Engineering foi um dos mais visitados durante o ISA Expo, realizado em Campinas (SP), na semana passada. O evento foi focado na exposição de tecnologias de automação, instrumentação, elétrica e eletrônica e recebeu centenas de participantes.

Os visitantes do evento mostraram interesse pelas novidades apresentadas pela Omega, especialmente os transmissores wireless via bluetooth, controladores de temperatura e processos, células de carga e transdutores de pressão com saída USB.

“O wireless é uma tendência que está se reforçando no Brasil pela flexibilidade, praticidade e redução de custo que oferece. No entanto, é um caminho que tem que ser trilhado caso a caso, com bastante conhecimento para trazer o retorno desejável”, analisa o consultor, Mário Fruit que participou do evento.

O profissional também elogiou a iniciativa da empresa ao divulgar informação confiável e trazer novidades tecnológicas ao país. Por exemplo, os visitantes também elogiaram os manuais de referência técnica oferecidos pela Omega em seu estande, que estava posicionado em frente do auditório de palestras.

“Os manuais técnicos são uma referência mais rápida e mais concisa do que nos sites. Para mim, é mais eficiente utilizar este tipo de material para consulta”, comentou um dos visitantes do estande, Adriano Peternela, que é engenheiro.



Exportações do setor eletroeletrônico reagem em agosto

23/09/2016 – Fonte: CIMM

Segundo a Abinee, vendas no mercado externo cresceram 1,3% na comparação com agosto de 2015 e 11,8% em relação a julho deste ano.

As exportações de produtos do setor eletroeletrônico somaram US\$ 482,7 milhões no mês de agosto de 2016, 1,3% acima das ocorridas no mesmo mês do ano passado (US\$ 476,4 milhões), segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Na comparação com julho de 2016, as vendas no mercado externo cresceram 11,8%.

Já as importações somaram US\$ 2,391 bilhões, 0,1% acima das ocorridas em agosto do ano anterior (US\$ 2,388 bilhões). Em relação a julho deste ano, o total importado aumentou 16,7%.

Já no acumulado de janeiro-agosto de 2016, houve queda, tanto nas exportações quanto nas importações. As vendas de produtos elétricos e eletrônicos no mercado externo somaram US\$ 3,76 bilhões, 2,2% abaixo das registradas no mesmo período de 2015 (US\$ 3,84 bilhões), quanto as importações totalizaram US\$ 16,6 bilhões no acumulado do ano, 27,4% inferior ao do mesmo período de 2015 (US\$ 22,8 bilhões).

Saldo

Com o resultado, o déficit da balança comercial dos produtos elétricos e eletrônicos alcançou US\$ 12,83 bilhões no acumulado do ano, 32% abaixo do apontado nos primeiros oito meses do ano passado (US\$ 18,99 bilhões). Segundo a Abinee, o desempenho segue refletindo o baixo ritmo de atividade do setor.

Honeywell lança no Brasil linha de luvas para proteção

23/09/2016 – Fonte: CIMM

Novo portfólio inclui modelos resistentes ao corte, com aderência elevada, ótima destreza e sensibilidade tátil.

A Honeywell anunciou hoje (22) sua nova linha de luvas para riscos mecânicos no Brasil. Com diversos modelos e materiais, agora oferece luvas para uso geral e resistentes ao corte para serviços pesados e uso industrial.

“A Honeywell passa a oferecer um portfólio mais abrangente de luvas confortáveis, ergonômicas e com design sofisticado, cobrindo uma ampla gama de riscos mecânicos que reforçam o comprometimento da empresa com a segurança dos usuários”, afirma Marco Menza, gerente geral da divisão de Segurança Industrial da Honeywell no Brasil. A nova linha de luvas tricotadas da Honeywell inclui:

- Luvas resistentes ao corte

Luvas projetadas para oferecer proteção contra objetos pontiagudos, como arestas, vidros e metais. Luvas dessa categoria oferecem maior proteção, em comparação às de uso geral, pois são feitas com materiais que oferecem desempenho superior contra riscos mecânicos, como Aramida e Dyneema.

- Luvas de uso geral

As luvas para usos gerais apresentam grande variedade de modelos e materiais. Elas são fabricadas em poliamida, algodão ou poliéster, e possuem diferentes revestimentos, como nitrilo, látex ou poliuretano. A maior parte desses modelos oferece proteção contra sujeira, contra riscos mecânicos como abrasão ou melhoram a aderência do usuário em vários ambientes (oleosos, secos ou úmidos).

Os novos modelos das luvas lançadas no Brasil cumprem com a normativa NR6/2010, que exige a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional responsável pela segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Eles atendem também aos requisitos da Portaria 452/2014 do MTE, que estabelece as normas técnicas de ensaios e requisitos obrigatórios aplicáveis aos EPIs. Em conjunto com a EN 420, a norma europeia EN 388, especifica requisitos de métodos de ensaio e marcação da luva.

Qualidade dos aços brasileiros

23/09/2016 – Fonte: CIMM

O Laboratório de Referências Metrológicas do IPT está com inscrições abertas para a 4ª Rodada do Programa de Proficiência em Aços, que está disponível para as empresas dos setores de siderurgia e metalmeccânica.

Em sua quarta edição, o programa incluirá, além dos tradicionais ensaios mecânicos, metalográficos e análises químicas de aços carbono e de baixa liga, análises químicas de aços de alta liga, tais como aços inoxidáveis e aços ferramenta”, explica o pesquisador Ricardo Rezende Zucchini, responsável pelo laboratório.

"Os aços de baixa liga possuem teores pequenos dos chamados elementos de liga, como cromo, níquel e vanádio, normalmente somando até 5% do material.

Quimicamente, eles se comportam de maneira diferente dos aços com altos teores de elementos de liga. Nas últimas edições do programa, temos conversado com participantes que apontaram esta necessidade de ampliação do programa, e resolvemos fazer a inclusão a partir desta rodada".

Programas de proficiência – explica Zucchini – são eventos de medição oferecidos em rodadas anuais, em que participam grupos de laboratórios que realizam testes, ensaios ou análises em amostras especialmente produzidas para esta finalidade, sob a coordenação de um provedor qualificado e independente, como é o caso do IPT. Ao final de cada rodada do programa, o provedor prepara e encaminha aos participantes um relatório técnico, em que são avaliados os seus resultados e o desempenho.

Serviço

As inscrições para a participação no programa estarão abertas até o dia 28 de outubro. O envio das amostras pelo IPT começa em 17 de outubro, a entrega dos resultados pelos participantes será feita até 18 de novembro e o envio do relatório final aos participantes acontecerá até 2 de dezembro. Para mais informações sobre o programa e o formulário de inscrição, [clique aqui](#).

Editorial: Pesada e regressiva

23/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em meio a uma das maiores recessões da história nacional, provoca inevitável exasperação a notícia de que aumentou a carga tributária no Brasil. O total pago em impostos chegou a R\$ 1,93 trilhão em 2015, ou 32,66% do PIB; no ano anterior, a arrecadação fora de R\$ 1,84 trilhão, 32,42% do PIB.

Não se trata de crescimento expressivo; a alta foi apenas suficiente para reverter a redução observada um ano antes. Tampouco se deve concluir que exista nova tendência de expansão.

O peso dos impostos, ao contrário, tem permanecido razoavelmente estável —se bem que num patamar elevado, como sabe o contribuinte.

Seja por resistência de uma sociedade cansada de transferir recursos a governos que nunca buscam empregá-los de forma eficiente, seja por limites da estrutura tributária, parece se esgotar a capacidade do Estado de arrecadar mais e mais. Fundamental, portanto, rediscutir os gastos públicos.

A proposta de limitar o crescimento das despesas à inflação constitui passo importante. Para sua eficácia, o teto deverá ser complementado por medidas como mudanças nos repasses obrigatórios (como saúde e educação), austeridade com salários do funcionalismo e reforma da Previdência.

Será preciso, ademais, rever subsídios e desonerações, que montaram a quase R\$ 100 bilhões nos últimos 12 meses, embora as contrapartidas e os benefícios sociais sejam impalpáveis em muitos casos.

A médio prazo, o desafio está em modificar a estrutura de impostos. Mais que o tamanho da carga tributária, a maior anomalia é sua composição altamente regressiva, que penaliza os mais pobres.

Grosso modo, a média dos países da OCDE (clube das nações desenvolvidas) tem quase a metade das receitas oriunda de impostos sobre a renda do capital e do

trabalho. Somente um quarto advém de tributos sobre produtos e serviços —que, em termos proporcionais, oneram mais quem ganha menos.

Dá-se o oposto no Brasil. A tributação indireta (produtos e serviços) coleta quase a metade do total; impostos sobre renda e propriedade respondem por um quarto.

Não bastasse isso, as regras são complexas (especialmente nos casos de PIS/Cofins e do ICMS), gerando grandes custos para as empresas e prejudicando a competitividade. Essa característica explica em parte os preços sempre altos no Brasil, na comparação com similares estrangeiros.

O país não tem alternativa a não ser dar ao debate feições mais maduras: trata-se de aumentar a produtividade do setor público, de fazê-lo caber dentro do Orçamento e de melhorar tanto a justiça quanto a eficiência tributária.

Supremo marca para o mês que vem votação sobre desaposentação

23/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A nova presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, marcou para o dia 26 de outubro a retomada da votação sobre a troca da aposentadoria, iniciada em 2014 e interrompida, na ocasião, a pedido da ministra Rosa Weber.

A chamada desaposentação envolve o direito do aposentado que trabalha aumentar o seu benefício com base nas contribuições feitas após a aposentadoria.

Para especialistas, existe o risco de as afirmações do governo sobre o rombo da Previdência (de cerca de R\$ 150 bilhões, neste ano) influenciarem o voto de ministros. No pior cenário para os trabalhadores aposentados, o Supremo Tribunal Federal negaria a chamada desaposentação e ainda autorizaria o INSS a cobrar a devolução dos valores recebidos por quem conseguiu revisar a renda mensal com base em decisões provisórias na Justiça.

"Seria o pior dos mundos", disse a advogada Adriane Bramante, vice-presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário). "Apesar das dificuldades, acreditamos na vitória da desaposentação", completou.

Porém, não está garantido que a votação vai ocorrer realmente em 26 de outubro. O atraso e até uma nova suspensão da retomada do julgamento da desaposentação não estão descartados.

Até a data da votação, os ministros do STF deverão analisar mais de 50 temas, sendo que 15 deles têm repercussão geral, ou seja, influenciam outras ações, e podem empurrar para frente outros julgamentos.

Mercosul cobra empenho da União Europeia em acordo comercial

23/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ministros da Indústria e Comércio do Mercosul enviarão carta à União Europeia pedindo empenho nas tratativas para a criação de uma área de livre-comércio entre os dois blocos.

No documento, eles expressam apoio às negociações e afirmam que é importante neste momento "um forte compromisso" dos países europeus para a "pronta conclusão do acordo".

Assinada por Marcos Pereira (Brasil), Francisco Cabrera (Argentina), Gustavo Leite (Paraguai) e Danilo Astori —que é ex-vice presidente e atual ministro da Economia do Uruguai—, a carta será remetida a Cecilia Malmström, comissária de Comércio da União Europeia.

Segundo o ofício, os ministros sul-americanos estão convencidos do "enorme potencial de crescimento dos laços comerciais e dos investimentos que unem os blocos".

O Mercosul tenta pressionar para que haja avanços na reunião que ocorrerá em Bruxelas de 10 a 14 de outubro.

Os chanceleres de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai já haviam cobrado agilidade da União Europeia nas conversas —a Venezuela não participa das negociações.

As tratativas entre os dois blocos remontam a 1999. Após uma malsucedida troca de ofertas em 2004, as conversas foram interrompidas.

Em 2010, os dois blocos relançaram as negociações. Após idas e vindas, uma nova troca de propostas ocorreu em maio deste ano.

Para que a iniciativa não naufrague outra vez, será preciso vencer resistências entre os países europeus —devido à competitividade brasileira no agronegócio, há nações que se opõem ao acerto.

O acordo contemplará um prazo para o fim das tarifas no comércio de produtos. Mas também envolverá serviços, investimentos e compras governamentais.

Pontualidade de pagamentos das pequenas empresas reage em agosto, diz Serasa

23/09/2016 – Fonte: Canal Executivo

A pontualidade de pagamentos das micro e pequenas empresas atingiu 95,9% em Agosto/16. Isto significa que a cada 1.000 pagamentos realizados, 959 foram quitados à vista ou com atraso máximo de sete dias.

Este nível de pontualidade foi maior do que o observado em julho/16 (95,2%) e igual à pontualidade de agosto do ano passado (95,9%). É o que aponta o Indicador de Pontualidade das Micro e Pequenas Empresas da Serasa Experian, que acompanha as dívidas pagas pelas micro e pequenas empresas.

De acordo com os economistas da Serasa Experian, o processo de racionalização de custos, ao diminuir o valor médio dos pagamentos pontuais, contribui para as micro e pequenas empresas manterem o nível de pagamentos pontuais relativamente estável mesmo diante do atual quadro econômico bastante desafiador.

As micro e pequenas empresas do setor comercial apresentaram o maior nível de pontualidade de pagamentos em agosto de 2016: 96,5%. Nas indústrias a pontualidade de pagamentos foi de 95,0% ao passo que nas micro e pequenas empresas do setor de serviços a pontualidade foi de 95,2%.

Em agosto de 2016, o valor médio dos pagamentos caiu 4,4% em relação ao mesmo mês do ano passado (R\$ 1.748 contra R\$ 1.829). O valor médio mais alto foi registrado pelos pagamentos pontuais das empresas industriais (R\$ 1.868), seguido pelo das empresas comerciais (R\$1.766) e, por fim, pelas micro e pequenas empresas de serviços (R\$ 1.601).

Marcos Pereira recebe de representantes do setor automotivo proposta de renovação da frota

23/09/2016 – Fonte: MDIC



O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, se reuniu, nesta quarta-feira, com representantes da Coalizão Empresarial, formado por 19 entidades que representam a indústria e os trabalhadores do setor automotivo.

O grupo entregou ao ministro a proposta do Programa de Sustentabilidade Veicular, que prevê a renovação da frota e o incentivo à cadeia de reciclagem de autopeças.

Marcos Pereira reiterou que o governo federal está empenhado em garantir a retomada do crescimento econômico, com o consequente aumento do número de postos de trabalho e da renda. "O Brasil tem pressa para voltar a crescer e o melhor programa social para o país, atualmente, é a geração de empregos", disse o ministro.

A proposta de renovação da frota veicular, que já vem sendo debatida há mais de três anos, tem como objetivo promover a sustentabilidade de frota de veículos em circulação no Brasil, além de apoiar o setor automotivo, que, de acordo com representantes da Coalizão Empresarial, representa a maior cadeia produtiva do país, com 10% do PIB e mais de cinco milhões de empregos.

Segundo Antônio Carlos Megale, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), a proposta entregue a Marcos Pereira nesta quarta-feira, além de incentivar a renovação da frota, estimulará a sustentabilidade da cadeia produtiva, com maior estímulo à indústria de reciclagem de autopeças, à redução da emissão de gases poluentes produzida por veículos antigos e à segurança no trânsito.

Para Megale, o desenvolvimento do setor automotivo também contribuirá diretamente para o crescimento econômico do país. "O Programa de Sustentabilidade Veicular pode ser um dos vetores da retomada do crescimento do Brasil. Nosso setor tem potencial para alavancar a economia brasileira", disse o presidente da Anfavea.

Na avaliação de José Roberto, representante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Programa de Sustentabilidade Veicular deve qualificar a mão-de-obra brasileira e incentivar a geração de empregos no país.

“No nosso entendimento, isso será fundamental para o sucesso do Programa. Devemos estar atento a essas questões ou continuaremos importando em grande quantidade, o que corta o número de postos de trabalho no Brasil”, afirmou.

Participaram da reunião o deputado federal Nelson Padovani (PSDB-PR) e representantes da Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares); Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores); Anfir (Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários); Anip (Associação Nacional da Indústria dos Pneumáticos); CNT (Confederação Nacional do Transporte); CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos); Fabus (Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus); Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores); Fenauto (Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores); IABR (Instituto Aço Brasil); Simefre (Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários); Sindinesfa (Sindicato das empresas de Sucatas de Ferro e Aço); Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores); e Sintraut (Sindicato dos trabalhadores e instrutores em autoescolas).

Retomar confiança é fundamental para recuperar economia, diz presidente do BC

23/09/2016 – Fonte: Portal Contábil



O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, defendeu ações do governo relacionadas ao balanço do setor público Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse na noite de hoje (22) considerar “a retomada da confiança o elemento crucial para a recuperação da economia”, no evento As Melhores da Dinheiro, feito na capital paulista. Para Goldfajn, é fundamental perseverar nos ajustes e na reforma da economia brasileira para reduzir incertezas e oferecer perspectivas de crescimento sustentável, além de uma inflação baixa e estável no futuro.

“Para isso, temos que fortalecer o arcabouço de política econômica que já se mostrou exitoso no passado. Eu me refiro especificamente ao tripé macroeconômico formado por responsabilidade fiscal, que são as reformas, os ajustes fiscais; controle da inflação, que é nossa busca da meta; e o regime de câmbio flutuante, que permite que o câmbio seja um amortizador de choques”, disse.

No entanto, o presidente admitiu que há ainda desafios internos relevantes no país. “No mercado de trabalho, observamos ainda a continuidade do aumento da taxa de desemprego e há perdas do rendimento real dos trabalhadores, embora em ritmo menor do que no passado recente”.

Goldfajn defendeu ações do governo relacionadas ao balanço do setor público, como a PEC 241, que estabelece o teto de gastos das contas públicas, e a reforma da Previdência.

Segundo ele, essas ações são importantes para a retomada da confiança.

Sobre a economia internacional, o presidente do BC acredita que o mundo vive o que chamou de "interregno [interrupção passageira] benigno" para economias emergentes como o Brasil.

"Esse cenário oferece simultaneamente condições favoráveis de financiamento e alguma recuperação da atividade global. Isso ocorre porque o ritmo de crescimento da economia global não é forte o suficiente para retirada dos estímulos monetários na maioria das principais economias. Nem é fraco o bastante para desencadear aumento de aversão ao risco dos investidores internacionais com efeitos adversos sobre a disponibilidade de fontes de financiamento ou para empatar a demanda por nossos bens", disse.

Produção global de aço bruto sobe 1,9% em agosto, nota worldsteel

23/09/2016 – Fonte: InDa

A produção global de aço bruto chegou a 134,1 milhões de toneladas em agosto, informou nesta quarta-feira a Worldsteel Association. Em relação ao mesmo mês do ano passado, a alta foi de 1,9% e, em comparação com julho, houve leve aumento de 0,3%.

A entidade, que reúne informações dos 66 principais países na siderurgia internacional, mostrou ainda que a China produziu 68,6 milhões de toneladas no mês passado, 3% a mais em comparação anual e avanço de 2,6% frente ao mês imediatamente anterior. De julho para agosto, a participação chinesa no total do mundo foi de 49,9% para 51,1%.

Os dados mostram que, apesar dos planos do governo chinês de reduzir a capacidade local de produção do aço em 150 milhões de toneladas durante cinco anos, os estímulos à atividade no país e as oportunidades de exportação têm feito o gigante asiático, na verdade, elevar o volume produtivo.

Regiões

Na Ásia, quando se desconsidera a China, também foi observado aumento. A alta de agosto em comparação anual foi de 4,7%, para 25,4 milhões de toneladas. Perante julho, porém, houve queda de 0,2%.

Por outro lado, na União Europeia foi registrada queda de 1,4% na produção, em comparação anual, para 12 milhões de toneladas. A baixa mais significativa foi do Reino Unido, de 37,5% para 582 mil toneladas. Ante julho, o volume produzido pela Europa caiu 7,8%.

A Rússia também diminuiu o ritmo em agosto. Foram produzidas 5,9 milhões de toneladas de aço bruto, recuo de 1,9% em relação a igual mês de 2015. Frente ao mês imediatamente anterior, foi registrada diminuição de 3,4%. Nos Estados Unidos, a produção foi cortada em 3,4% e 2,5%, respectivamente, chegando a 6,7 milhões de toneladas.

Capacidade global

A Worldsteel informou também que o uso de capacidade global da siderurgia terminou agosto em 68,5%. Em julho, o nível era de 68,4%, e em agosto do ano passado, de 68%.

No acumulado de 2016 até agosto, os 66 países que a entidade acompanha produziram 1,07 bilhão de toneladas de aço bruto, 0,9% a menos do que no mesmo período do ano passado. A produção na China teve leve queda de 0,1%, para 536,3 milhões de toneladas.

Arcelormittal assume 40% do controle da Tuper

23/09/2016 – Fonte: Inda

Com o sinal verde da superintendência-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a compra do controle da catarinense Tuper pela ArcelorMittal Brasil, a subsidiária brasileira do maior grupo siderúrgico do mundo amplia sua presença em um mercado que se encontra em dificuldades.

A Tuper é uma fabricante de tubos, sediada em São Bento do Sul (SC), que fornece materiais principalmente aos setores automotivo, de construção civil e de óleo e gás. Os três setores estão no momento com demanda muito baixa no país, o que pode ser observado na consumo de chapas grossas de aço, que muitas vezes são usadas na construção e para produzir tubos, além de outros tipos de aço.

Dados do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) mostram que o consumo aparente - produtos nacionais e importados - de chapas grossas totalizaram 364,4 mil toneladas de janeiro a agosto deste ano, 54,3% a menos do que no mesmo período de 2015. São os piores números para o produto em décadas.

Originalmente, a Tuper atendia mais os setores de construção e automotivo. Em 2011, iniciou investimento de R\$ 230 milhões para atender o setor de óleo e gás. Com essas mudanças, sua capacidade produtiva subiu para 820 mil toneladas ao ano. Mas a situação da empresa se agravou, pois a Petrobrás entrou em crise a partir de 2014 e parou e adiou projetos.

Com alto endividamento e vendo seu resultado encolher, a empresa catarinense começou a negociar com um de seus principais credores, a ArcelorMittal, para resolver o problema de solvência. A troca da dívida pelo controle foi acertada desde o começo deste ano, segundo a imprensa catarinense, e levou à incorporação de 40% do capital social da Tuper pela siderúrgica.

O processo do Cade informa sobre a "subscrição e integralização de novas ações ordinárias que correspondem à capitalização de direitos creditórios detidos em face da Tuper". Não houve desembolso por parte da compradora. No acordo, a ArcelorMittal Tubarão, que já era a principal vendedora de matéria-prima (aço) para a Tuper - garante fornecer aços planos à transformadora.

Controlada por um grupo familiar de Santa Catarina, a Tuper agora tem um sócio de peso, que lhe pode dar suporte financeiro. O grupo, por outro lado, complementa seus negócios nessa área: já produz tubos na Venezuela, por meio da Unicon, e em sua fábrica situada em Cariacica (ES).

O balanço financeiro de 2014 da fabricante de tubos, o último disponível, mostra receita líquida de R\$ 1,04 bilhão, lucro operacional de R\$ 61,2 milhões e lucro líquido de R\$ 1,4 milhão. Já a ArcelorMittal Brasil, no mesmo ano, registrou receita de R\$ 17,99 bilhões, lucro operacional de R\$ 2,84 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão. Em 2015, teve elevado prejuízo.